

Alice Ramos
Jorge Vala
Cícero Pereira

Capítulo 13

Oposição a políticas anti-racistas na Europa: factores individuais e socioestruturais*

Os países europeus vêm-se confrontando com uma nova vaga de fluxos migratórios que tem sustentado o crescimento económico e ao mesmo tempo renovado a paisagem dos costumes, estilos de vida, valores e religiões. Esta nova paisagem europeia é acompanhada no plano das atitudes sociais por posições ambivalentes. Por um lado, o discurso normativo tolerante e anti-racista face aos imigrantes tem vindo a tornar-se mais saliente. Por outro lado, contudo, a ideia de que os imigrantes introduzem mais problemas do que benefícios no espaço europeu é largamente partilhada. São muitos aqueles para quem as pessoas percebidas como pertencendo a grupos raciais ou étnicos diferentes representam uma ameaça nos domínios económicos, da segurança e da identidade (*e. g.*, Vala, Pereira, e Ramos 2006; Coenders, Lubbers, e Scheepers 2004). É neste contexto que as políticas anti-racistas são objecto de debate e controvérsia ainda que, de acordo com o European Social Survey – 2002, apenas 18% dos cidadãos europeus mostrem uma oposição explícita a estas políticas.

O objectivo do presente capítulo é o de analisar os factores subjacentes à oposição às políticas anti-racistas nos países europeus. Este objectivo é prosseguido no quadro mais geral dos projectos que temos vindo a desenvolver no âmbito da compreensão das novas expressões dos racismos (*e. g.*, Vala, Brito, e Lopes 1999; Vala, Pereira, e Costa-Lopes no prelo) e dos factores legitimadores da discriminação e da oposição à imigração (Pereira 2007; Aguiar, Vala, Correia, e Pereira 2008).

Este mesmo objectivo é ainda prosseguido no âmbito dos trabalhos que temos realizado no sentido de mostrar as virtualidades do método compa-

* Os autores agradecem a Herman Dulmer o apoio dado na discussão dos modelos multinível e a Diniz Lopes os comentários feitos a uma versão anterior deste texto.

rativo e dos estudos transnacionais para a compreensão da génese e das dinâmicas das atitudes sociais (e. g., Vala, Cabral, e Ramos 2004), e da orientação teórico-metodológica que propõe a articulação de variáveis individuais e variáveis socioestruturais no entendimento dos valores sociais (Ramos 2006).

Com vista à compreensão da génese da oposição às políticas anti-racistas, propomos neste estudo as hipóteses seguintes. A nível individual, a nossa hipótese é a de que a oposição às políticas anti-racistas decorre do preconceito racial, da percepção de ameaça e dos valores de conservação em oposição aos valores do «universalismo». A nível contextual ou estrutural, propomos que a oposição às políticas anti-racistas esteja associada a factores económicos socioestruturais, à dimensão do voto na extrema-direita e à natureza e dimensão da imigração.

Serão usados neste estudo dados recolhidos no âmbito do European Social Survey – 2002, referentes a treze países europeus. A análise destes dados será realizada seguindo as seguintes etapas: a) identificação dos preditores individuais e contextuais do preconceito racial; b) identificação dos preditores individuais e contextuais de oposição às políticas anti-racistas; c) teste do papel mediador da percepção de ameaça na relação entre preconceito e oposição a políticas anti-racistas.¹

Antecedentes do preconceito racial

Como referimos acima, o preconceito racial pode ser tomado como um dos preditores mais importantes da oposição a políticas anti-racistas. Neste sentido, o primeiro passo da nossa análise empírica consistirá na compreensão das raízes do próprio preconceito, combinando factores individuais com factores contextuais-estruturais, uma análise até agora apenas desenvolvida num número muito reduzido de estudos. (e. g., Quillian 1995; Strabac e Listhaug 2007).

Escrito há mais de 50 anos, o livro *The nature of prejudice* de Allport (1954) é, ainda hoje, uma referência essencial para quem deseja estudar as raízes, os padrões e as consequências do preconceito. Allport define o preconceito ou, mais especificamente, o preconceito étnico como uma «antipatia baseada numa generalização abusiva e inflexível. Pode ser dirigida a um grupo no seu todo ou a um indivíduo, uma vez que é membro daquele grupo» (Allport 1954, 9). Mas, e tal como proposto por Jones (1972), o preconceito pode ser mais bem entendido se o olharmos a partir de diferentes dimensões. Seguindo Jones, propomos uma combinação das definições de Allport e de Blumer. De facto, Blumer propôs que «o preconceito racial existe basicamente como um

¹ Uma outra análise destes mesmos dados foi por nós elaborada para a obra *Immigration, Public Opinion and Governmental Policies in Europe* (Torcal e Herrera-Martinez no prelo).

posicionamento do grupo e não tanto como um conjunto de sentimentos que os membros de um grupo racial possuem relativamente aos membros de outro grupo» (1958, 3).

As raízes do preconceito têm sido analisadas com base em diferentes perspectivas teóricas e empíricas (para uma revisão, v. Brown 1995; Quillian 2006). Neste estudo, combinaremos factores individuais e contextuais com vista à compreensão da emergência do preconceito racial. A nível individual, o nosso factor central são os valores sociais, enquanto a nível contextual consideraremos um conjunto de variáveis no plano económico e político e no domínio da imigração.

Preconceito e valores sociais

Enunciados como princípios desejáveis que orientam a vida dos indivíduos, os valores sociais revestem, conceptualmente, um papel motivador (Sagiv e Schwartz 2000) e uma função normativa (Sherif 1936), permitindo que os indivíduos distingam o que é bom do que é mau, o que é justificado e legítimo, independentemente de interesses pessoais. De acordo com Sagiv e Schwartz, «a componente crucial de conteúdo que distingue os diferentes valores é o tipo de objectivo motivacional que cada um deles expressa» (1995, 438). Para além do mais, se o alcançar dos objectivos motivacionais é comprometido por um determinado objecto, as atitudes relativas a este objecto serão afectadas. No caso específico das atitudes face à imigração, os valores humanos cujo objectivo motivacional é promovido ou bloqueado pela presença de imigrantes afectará a atitude relativamente a estes últimos. O modelo de Schwartz (1992) sobre os valores, a que recorremos neste estudo, compreende dez tipos distintos de valores motivacionais, cada um deles definido em termos de um objectivo central. Estes dez valores básicos encontram-se organizados numa estrutura bidimensional composta por quatro tipos de valores de ordem superior que, por seu turno, representam duas dimensões conceptuais básicas e bipolares: uma que opõe os valores de autotranscendência aos valores de auto-realização; e outra que opõe os valores de abertura à mudança aos valores de conservação social. A primeira dimensão reflecte o conflito entre a aceitação dos outros como iguais e a preocupação pelo seu bem-estar *versus* a busca de sucesso individual e poder. A segunda dimensão reflecte o conflito entre o desejo de autonomia intelectual, a liberdade de acção e a orientação para a mudança *versus* a obediência, a preservação de práticas tradicionais e a estabilidade.

Pesquisas anteriores (Ramos e Vala 2006; Schwartz 2006) mostraram já como a autotranscendência se encontra relacionada com as atitudes perante a imigração: quanto mais as pessoas defendem valores de autotranscendência, mais estão abertas à imigração. De facto, a autotranscendência refere-se a

orientações inclusivas, nomeadamente à igualdade e à tolerância. Nesta linha, e seguindo os estudos que mostram uma associação negativa entre o igualitarismo e o preconceito (*e. g.*, Feather 1984; Biernat *et al.* 1996; Vala, Lima, e Lopes 2004), propomos na presente pesquisa que quanto mais os indivíduos sustentam valores de universalismo (a dimensão da autotranscendência mais ligada à inclusividade), menos manifestarão preconceito racial.

Adicionalmente, uma extensa lista de pesquisas tem mostrado uma forte associação entre conservadorismo e preconceito racial (*e.g.*, Adorno *et al.* 1950; Altemeyer 1998; Jost e Banaji 1994). O conservadorismo aparece, também, positivamente correlacionado tanto com o preconceito flagrante como com o preconceito subtil (Meertens e Pettigrew 1997). No modelo dos valores humanos de Schwartz (1992), os valores subjacentes ao conservadorismo encontram-se muito próximos dos valores da conservação (tradição, conformismo, obediência). Neste sentido, testaremos a hipótese segundo a qual quanto mais os indivíduos partilham valores de conservação, mais manifestarão orientações preconceituosas. Note-se, porém, que os estudos até agora realizados não testaram a associação entre os valores referidos e o preconceito em modelos que incluam, também, variáveis contextuais-estruturais, limitação que este estudo se propõe colmatar.

Factores socioestruturais e preconceito

Para além da dimensão individual de explicação do preconceito racial, alguns estudos mostraram já a importância de factores estruturais-contextuais (para uma revisão, v. Quillian 1995). Da análise desses estudos, dois tipos de factores explicativos emergem como potencialmente importantes, embora os resultados não sejam consistentes: a dimensão dos grupos minoritários e a situação económica dos países estudados. Seguindo uma proposta de Semyonov, Raijman e Gorodzeisky (2006), incluiremos também nos nossos modelos de análise a dimensão do voto nos partidos políticos de extrema-direita.

No que toca ao impacto do número de estrangeiros no preconceito racial, a hipótese teórica segundo a qual a dimensão das minorias gera um sentimento de ameaça e de competição por recompensas e recursos tem obtido suporte empírico em alguns estudos que utilizam modelos multinível (*e. g.*, Gijbbers, Scheepers, e Coenders 2004; Scheepers, Gijbbers, e Coenders 2002). Os resultados destes estudos mostram que as atitudes discriminatórias aumentam com maior probabilidade quando o número de imigrantes também aumenta. No entanto, e contra estes resultados, Quillian (1995), utilizando dados do Eurobarómetro-30/1988, mostrou que quanto maior o número de imigrantes não-europeus, menor o preconceito. Da mesma forma, este autor mostrou que o preconceito anti-imigrante não se encontra associado à percentagem de residentes não-europeus a viver em países da Comunidade Europeia.

Para além dos modelos de ameaça grupal que acabamos de referir, podemos evocar uma outra perspectiva teórica que associa a dimensão das minorias ao preconceito: a hipótese do contacto. De acordo com esta hipótese (*e. g.*, Allport 1954; Pettigrew 1986), diferentes tipos de contacto podem produzir diferentes efeitos a nível da expressão do preconceito: enquanto o contacto próximo, cooperativo e de igual estatuto entre membros da maioria e membros da minoria (*e. g.*, num local de trabalho) pode conduzir a resultados positivos e reduzir a xenofobia, formas mais casuais de contacto, facilitadas pela mera presença de membros das minorias, podem maximizar sentimentos antiestrangeiros. No presente estudo, consideraremos apenas o nível casual de contacto induzido pela mera presença de estrangeiros em cada país e, consequentemente, esperamos, de acordo com esta hipótese, que quanto maior a presença de imigrantes, maior o preconceito.

O impacto da dimensão das populações nascidas noutro país nas atitudes face a imigrantes nos Estados Unidos, França e Alemanha foi analisado sistematicamente por Fetzer (2000), quer de um ponto de vista histórico, quer com base em estudos amostrais recentes. De um ponto de vista histórico, a hipótese segundo a qual o contacto casual faz aumentar o sentimento antiestrangeiros não foi confirmada em nenhum dos países referidos acima. Os resultados dos estudos amostrais são, por sua vez, bastante heterogéneos: nos Estados Unidos, o efeito esperado não foi verificado; em França, a hipótese foi confirmada; na Alemanha os resultados não permitem uma confirmação clara da hipótese. Exactamente devido a esta diversidade de resultados, retomamos aqui o estudo da hipótese dos efeitos do contacto casual nas atitudes face aos imigrantes. Neste sentido, com base nesta hipótese e com base na hipótese da ameaça grupal, esperamos que, quanto maior o número de imigrantes, mais elevado o preconceito racial.

Como referido, variáveis relativas à situação económica do país constituem o segundo factor contextual a ser estudado. De facto, de acordo com a hipótese do «bode expiatório» (Dollard *et al.* 1939), podemos pressupor que situações económicas negativas e desemprego podem gerar atitudes de culpabilização dos imigrantes. Nesta mesma linha, Semyonov e colegas (2006) mostraram uma relação negativa entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o preconceito antiestrangeiros na Europa Ocidental. Enquadrando as suas hipóteses nas teorias da ameaça ao grupo (*e. g.*, Blumer 1958; Blalock 1956, 1967; Bobo e Klugel 1993), Quillian (1995) concluiu que quanto maior o PIB menor o preconceito racial. Contudo, quando em interacção com a dimensão da população imigrante, o efeito torna-se positivo (quanto maior o PIB, maior o preconceito). Adicionalmente, e no que toca ao impacto dos níveis de desemprego nos países europeus nas atitudes relativamente aos imigrantes, Scheepers e colegas (2002) não encontram quaisquer efeitos. Dada a instabilidade dos resultados referidos, ao testar o efeito dos factores

económicos no preconceito, pretendemos contribuir para clarificar a robustez da teoria do «bode expiatório» e das teorias da ameaça ao grupo neste domínio específico.

O preconceito racial e as atitudes anti-imigrantes podem estar também relacionados com o discurso e a dimensão do voto em partidos de extrema-direita. Alguns estudos verificaram já esta hipótese (Golder 2003; Lubbers, Gijberts, e Scheepers 2002), que pode ser entendida no quadro do novo discurso da extrema-direita. Estes partidos não representam, necessariamente, um revivalismo da ideologia nazi, mas são o protótipo do que classicamente se entende por personalidade autoritária: defesa de lideranças fortes e da ordem, e uma visão «exclusiva» de cidadania (Pettigrew 1998). Neste mesmo sentido, Wilkes, Guppy e Farris (2007) encontraram, em países europeus, uma associação positiva entre o grau de preconceito e a dimensão da votação nos partidos de extrema-direita. Mais importante, estes mesmos autores verificaram que são os partidos que defendem o «racismo cultural», e não aqueles que defendem o racismo clássico e flagrante, aqueles que geram o incremento de sentimentos antiestrangeiros. De facto, os partidos que sustentam ideologias racistas clássicas não são vistos pela maioria das pessoas como «contribuindo legitimamente para uma paisagem política mais abrangente e para um debate social mais alargado» (Wilkes, Guppye, e Farris 2007, 837).

Em resumo, o conjunto de resultados referidos leva-nos a testar as hipóteses seguintes: quanto menor o PIB, quanto maior o número de estrangeiros e quanto maior a percentagem de voto em partidos de extrema-direita, maior o preconceito.

A oposição a políticas anti-racistas

Para o estudo da génese da oposição a políticas anti-racistas, vamos utilizar, a nível contextual, os preditores a que fizemos referência anteriormente (factores económicos, factores de imigração e dimensão do voto em partidos de extrema-direita). A nível individual, examinaremos o papel dos valores de universalismo e de conservação, factores a que adicionaremos o preconceito racial e as percepções de ameaça.

Percepções de ameaça e oposição a políticas anti-racistas

Na linguagem do senso comum, nos meios de comunicação social, mas também no pensamento institucional, as atitudes contra as minorias são, usualmente, analisadas com base no pressuposto de que elas representam uma ameaça nos domínios económico e da segurança. O princípio que está por detrás desta crença é o de que as minorias, mais do que contribuírem para a

resolução de problemas das sociedades de acolhimento, representam um novo problema. Um terceiro domínio da vida social é normalmente associado a reacções negativas contra grupos minoritários: o domínio das questões culturais e da identidade. Tal como evidenciado em análises anteriores (*e. g.* Vala, Pereira, e Ramos 2006), os imigrantes são associados nos países europeus, de uma forma significativa, a percepções de ameaça, e estas, por sua vez, são preditoras de preconceito e discriminação.

O conceito de ameaça «realista» (ameaças económicas e à segurança) tem a sua origem na teoria dos conflitos grupais realistas (Bobo 1988; Levine e Campbell 1972; Sherif 1966). As ameaças realistas compreendem qualquer tipo de percepção de ameaça ao bem-estar de um grupo ou dos seus membros. Os estudos realizados não só na Europa, mas também no Canadá e nos Estados Unidos (*e. g.*, Esses, Jackson, e Armstrong 1998; Esses, Dovidio *et al.* 2001; Stephan e Stephan 1996), mostram que atitudes negativas relativamente a imigrantes surgem quando estes são percebidos como uma ameaça no mercado de trabalho, ou quando são apresentados como dependendo de sistemas de segurança social ou, ainda, quando são associados ao sucesso económico.

A ameaça «simbólica» decorre da percepção de diferenças entre a maioria e as minorias no que toca a valores, normas e atitudes. Estas diferenças questionam as visões do mundo do endogrupo e resultam na rejeição social dos exogrupos minoritários (Pettigrew, e Meertens 1995; Sears, e Henry 2003; Vala, Pereira, e Costa-Lopes no prelo). Existem inúmeros exemplos de pesquisas que analisam o impacto da ameaça simbólica nas atitudes negativas relativamente a imigrantes, quer nos Estados Unidos (*e. g.*, Ybarra, e Stephan 2000; Stephan, Diaz-Loving, e Duran 2000; Esses, Haddock, e Zanna 1993; Zárate *et al.* 2004), quer nos países europeus (*e. g.* Falomir-Pichastor *et al.* 2004; Coenders, Gijsberts, e Schepeers 2004). Ainda que os resultados de alguns destes estudos não tenham permitido a confirmação daquela hipótese (*e. g.*, Stephan, Ybarra *et al.* 1998), a consistência da maior parte dos resultados de outros estudos torna plausível considerar a percepção de ameaça como um antecedente da discriminação. Uma vez que a oposição a políticas anti-racistas é uma posição discriminatória, propomos que a percepção de ameaça é um dos factores que pode contribuir para a oposição a tais políticas.

A ameaça como justificação da relação entre preconceito racial e oposição a políticas anti-racistas

O último passo da nossa análise examina a hipótese de que a percepção de ameaça não é só um preditor da oposição a políticas anti-racistas, mas também medeia a relação entre o preconceito racial e a oposição a tais políticas, o que legitima este tipo de posicionamento. De facto, e uma vez que a norma anti-

-racista é bastante forte nas sociedades europeias, é plausível que as pessoas procurem justificações para se posicionar contra as políticas anti-racistas, e que os sentimentos de ameaça possam funcionar, precisamente, como justificações legítimas. Esta hipótese é derivada do modelo da discriminação justificada proposto por Pereira e colegas (Pereira 2007; Pereira, Vala, e Ramos 2005). Em concordância com este modelo, realizaremos uma análise de mediação (Baron e Kenny 1986), para testar a diferença entre o efeito total e o efeito directo do preconceito racial na oposição a políticas anti-racistas, ou seja, quando o impacto da percepção da ameaça é controlado e quando não o é.

Dados e indicadores

Dados

Para testar as nossas hipóteses considerámos variáveis de dois níveis de análise: individual e agregado (contextual ou socioestrutural). A nível individual serão analisados os dados de 13 amostras probabilísticas de países participantes no European Social Survey – 2002 (quadro 13.1). Por razões metodológicas as amostras analisadas incluíram apenas os cidadãos naturais de cada país e foram considerados unicamente os casos com respostas válidas em todas as variáveis seleccionadas. As variáveis de nível contextual ou agregado foram escolhidas de entre um extenso conjunto compilado por Martínez-Herrera e Moualhi (2007).

A) Variáveis de nível individual

Preconceito racial

O preconceito racial foi medido através de um índice construído a partir das seguintes perguntas: «Pense agora nas pessoas de outros países que vieram viver para [país] e que são de raça ou grupo étnico diferente da maioria dos [nacionais]. Em que medida é que se importava se alguma dessas pessoas... a) Fosse nomeada seu chefe? b) Casasse com um familiar próximo?» (Escala: 0-não me importava nada a 10-importava-me muito.) As correlações entre os dois indicadores variam, nos 13 países, entre 0,67 e 0,81. No quadro 13.2 apresentam-se as medidas descritivas do preconceito racial nos países analisados.

Oposição às políticas anti-racistas

Para medir a oposição às políticas anti-racistas foram utilizadas as seguintes questões: «Diga se acha bom ou mau para um país cada uma destas medidas: a) Uma lei que combata a discriminação racial ou étnica no local de trabalho; b) Uma lei que combata o incitamento ao ódio racial ou étnico.» (Escala:

Quadro 13.1 – Amostras (cidadãos nascidos em cada país)

	<i>N</i>
Total	18178
Áustria	1512
Bélgica	1269
Dinamarca	1179
Finlândia	1556
França	1058
Alemanha	2217
Grécia	1519
Irlanda	1221
Holanda	1937
Portugal	916
Espanha	1078
Suécia	1337
Reino Unido	1379

Quadro 13.2 – Preconceito racial, oposição a políticas anti-racistas e percepção de ameaça em 13 países europeus

	Preconceito racial			Oposição a políticas anti-racistas			Ameaça realista		Ameaça simbólica	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	(% <i>M</i> > 5)	<i>M</i>	<i>DP</i>	(% <i>M</i> > 5)	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Áustria	1,8	2,5	13,2	2,8	2,7	11,1	5,4	1,6	4,1	2,3
Bélgica	3,9	3,1	32,4	3,6	2,7	22,9	5,9	1,5	4,1	2,1
Dinamarca	3,3	3,1	24,7	3,9	3,1	28,7	5,5	1,5	4,2	2,3
Finlândia	3,3	2,8	24,0	2,4	2,4	11,4	5,5	1,5	2,7	1,8
França	3,2	3,2	24,2	3,1	3,1	15,2	5,5	1,7	4,7	2,6
Alemanha	3,0	2,8	19,9	2,8	2,5	14,2	5,9	1,6	3,7	2,2
Grécia	5,2	3,6	49,9	4,1	3,2	31,6	7,2	1,8	6,6	2,4
Irlanda	3,3	3,0	23,3	2,6	2,7	14,8	5,7	1,6	4,3	2,4
Holanda	3,2	2,7	20,5	3,0	2,4	16,4	5,7	1,4	3,9	2,1
Portugal	3,1	3,1	22,2	2,1	2,2	6,3	5,7	1,6	4,8	2,3
Espanha	2,7	2,8	18,2	2,6	2,5	13,6	5,4	1,4	4,1	2,1
Suécia	2,2	2,6	10,1	2,1	2,5	15,2	5,1	1,5	2,8	2,0
Reino Unido	3,2	2,8	20,6	2,6	2,4	13,6	5,9	1,6	4,8	2,3

Nota: a escala do preconceito varia de 0 (baixo preconceito racial) a 10 (elevado preconceito racial); a oposição às políticas anti-racistas varia de 0 (baixa oposição) a 10 (elevada oposição); a percepção de ameaça varia de 0 (baixa percepção de ameaça) a 10 (elevada percepção de ameaça).

0-extremamente mau a 10-extremamente bom; as respostas foram recodificadas de forma a representarem uma medida de oposição; as correlações entre os dois indicadores variam entre 0,58 e 0,87.) As medidas descritivas relativas a esta variável encontram-se no quadro 13.2.

Valores sociais

Os valores foram medidos a partir do modelo de valores humanos proposto

por Schwartz (1992) e incluído no European Social Survey (para uma validação empírica do modelo, v. Ramos 2006). Tendo em atenção as nossas hipóteses, considerámos apenas o indicador do universalismo (sem o indicador relacionado com a protecção do ambiente) e os indicadores do valor supraclassificado da conservação.

Ameaça realista

A medida de percepção de ameaça realista foi construída a partir de 4 indicadores (coeficientes alfa de Cronbach entre 0,69 e 0,81 nos 13 países analisados): «Pensando nas pessoas que vêm viver para [país], diria que, em geral, elas tiram os empregos aos trabalhadores [nacionais], ou que em geral ajudam a criar novos empregos?» (Escala: 0-tiram empregos a 10-ajudam a criar novos empregos); «A maior parte das pessoas que vem viver para [país] trabalha e paga impostos. Também tem acesso à saúde e à segurança social. Considerando tudo isto, acha que estas pessoas, em geral, recebem mais do que dão ou dão mais do que recebem?» (Escala: 0-em geral recebem mais do que dão a 10-em geral dão mais do que recebem); «Continuando a pensar nas pessoas que vêm viver e trabalhar para [país], acha que isso é mau ou bom para a economia [do país]?» (Escala: 0-mau para a economia a 10- bom para a economia); «Acha que com a vinda dessas pessoas a criminalidade aumentou ou diminuiu em [país]?» (Escala: 0-a criminalidade aumentou a 10-a criminalidade diminuiu). As medidas descritivas relativas a esta variável encontram-se no quadro 13.2.

Ameaça simbólica

Para medir a percepção de ameaça simbólica utilizou-se o seguinte indicador: «Acha que essas pessoas [que vêm de outros países] empobrecem ou enriquecem os costumes, as tradições e a vida cultural de [país]?» (Escala: 0-empobrecem a vida cultural a 10-enriquecem a vida cultural.) As escalas foram recodificadas sempre que foi necessário criar medidas de ameaça (quanto maior a pontuação, maior a percepção de ameaça) (v. quadro 13.2).

Variáveis de controlo

Foram ainda utilizadas as seguintes variáveis de controlo: idade, sexo, nível de instrução, situação perante o trabalho (desempregado à procura de emprego: sim ou não) e orientação política («Em política é costume falar-se de esquerda e direita. Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?»).

B) Variáveis de nível contextual

O estudo dos factores contextuais que subjazem ao preconceito racial e à

Quadro 13.3 – Variáveis contextuais introduzidas nos modelos multinível

	PIBppp (2001 com UE15=100) ^a	Taxa de desemprego de nativos ^b	Percentagem de estrangeiros ^c	Proporção de nao-europeus ^d	Percentagem de voto na extrema direita ^e
Áustria	112,0	4,0	9,5	0,08	19,6
Bélgica	107,0	5,1	8,2	0,22	10,7
Dinamarca	115,4	3,6	5,0	0,34	13,6
Finlândia	104,2	10,0	1,9	0,26	0,50
França	104,8	6,7	5,1	0,57	14,8
Alemanha	100,5	7,7	9,0	0,14	2,6
Grécia	67,2	6,6	7,0	0,17	2,3
Irlanda	117,7	4,3	5,4	0,28	0
Holanda	113,3	2,0	4,3	0,35	12,2
Portugal	70,6	3,1	2,2	0,68	0
Espanha	84,3	7,4	3,7	0,70	0,20
Suécia	106,2	4,9	5,4	0,30	2,5
Reino Unido	105,1	5,3	4,4	0,35	0,50

Fontes: Macro Data on Immigration Policies in EU-15, de acordo com:

^a O'Connel (2005) base: Eurostat; ^b OECD-SOPEMI 2002, 2003; ^c Eurostat, 2006 e OCDE, 2003; ^e Norris (2005); ^d cálculo nosso a partir de Martínez-Herrera e Moualhi (2007).

oposição às políticas anti-racistas foi feito tendo em conta três dimensões de análise: economia (PIBpp e taxa de desemprego dos nativos); imigração (número de estrangeiros residentes e proporção de não-europeus na população estrangeira); e política (expressão do voto na extrema-direita).² No quadro 13.3 apresentam-se os valores médios de cada uma das variáveis contextuais para os 13 países.

Resultados

Preconceito racial: preditores individuais e contextuais

Para testar o impacto dos factores individuais e contextuais no preconceito racial construímos diferentes modelos multinível. A análise multinível constitui uma modalidade da análise de regressão que apresenta a possibilidade de introduzir no mesmo modelo variáveis independentes de diferentes níveis (individual e agregado). Nesta análise pressupõe-se que a estrutura dos dados

² Em Portugal, o único partido de extrema-direita que concorreu às eleições legislativas de 2002 (o mesmo ano da recolha dos dados individuais aqui utilizados) foi o Partido Nacional Renovador que obteve 0,07% dos votos (fonte: STAPE- http://www.eleicoes.mj.pt/legislativas2002/D230000/230000_IS.html). A fonte que serviu de base para a construção da variável internacional não terá tido em conta este facto, surgindo Portugal com o valor zero. De qualquer modo, dada a sua reduzida expressão estamos certos de que a diferença de valores não introduziria alterações nos resultados finais.

de uma população está organizada de forma hierárquica em diferentes níveis. No caso de estudos transnacionais, habitualmente, o nível inferior contém os dados individuais e podem ser considerados vários níveis superiores, de acordo com o sentido teórico da hierarquia desenhada – países, distritos ou unidades de menor dimensão, como, por exemplo, turmas de alunos ou empresas (Snijders e Bosker 1999; Hox 2002).³

Em termos analíticos, parte-se de um modelo que apenas inclui a variável dependente (modelo nulo) e progressivamente vão sendo acrescentadas variáveis independentes de diferentes níveis, bem como interações entre variáveis do mesmo ou de níveis diferentes. O modelo nulo é fundamental para saber se existem ou não diferenças significativas na variável dependente entre os grupos em análise e para calcular a correlação intraclasse, *i. e.*, a percentagem de variância situada entre grupos. Nos modelos multinível são calculados coeficientes de regressão (coeficientes gama) que devem ser lidos como os coeficientes beta dos modelos de regressão clássicos. São ainda estimados coeficientes R^2 para cada um dos níveis de análise considerados. No que toca aos níveis agregados, estes coeficientes devem ser lidos por referência à correlação intraclasse. Por exemplo, se a correlação intraclasse é igual a 20%, um $R^2=0,50$ significa que os preditores de nível agregado contribuem para explicar 50% dos 20% de variância situada entre países (ou grupos). Existem alguns programas estatísticos específicos para a construção de modelos multinível. Neste estudo utilizámos o HLM6.04 (Raudenbush, Bryk, e Congdon 2007).

Os parâmetros estimados resultantes dos modelos multinível calculados para a análise do preconceito racial apresentam-se no quadro 4. Antes de mais, refira-se o reduzido valor da correlação intraclasse (0,07) indiciador de que apenas 7% do total da variância que se observa no preconceito racial é devida a diferenças entre países. Assim, a primeira conclusão que podemos retirar é que apesar de existirem diferenças entre países, estas são maioritariamente explicadas por variáveis de nível individual.

O modelo 1 inclui as variáveis de controlo. Este conjunto de variáveis contribui para explicar 10% da variância. A orientação política e a idade encontram-se positivamente correlacionadas com o preconceito racial, e o nível de instrução negativamente correlacionado. Ao introduzirmos os valores do universalismo e da conservação (modelo 2) verificámos serem estes os melhores preditores individuais do preconceito racial, com um acréscimo de 6% na variância explicada. A adesão aos valores do universalismo revelou-se

³ Os processos de agregação (generalização) e desagregação (especificação), utilizados através de modelos clássicos como a regressão múltipla, podem gerar vários tipos de erros que o investigador deve ter presente. Para uma explicação e ilustração dos tipos de erros associados à agregação e desagregação de variáveis, v. Van de Vijver e Poortinga (2002), Hox (2002), Snijders e Bosker (2003).

Quadro 13.4 – Preconceito racial em 13 países europeus: parâmetros estimados dos modelos multinível; erros-padrão entre parêntesis (N=18178)

	Modelo nulo	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Intercepto	3,20***(0,22)	2,03***(0,23)	3,87***(0,26)	4,13*(1,53)	3,45***(0,53)	4,09***(0,44)	3,18***(0,32)
<i>Variáveis de controlo</i>							
Esquerda-direita		0,23***(,01)	0,16***(0,01)	0,16***(0,01)	,16***(0,01)	0,16***(0,01)	0,16***(0,01)
Sexo		-0,16***(,04)	-0,06(0,04)	-	-	-	-
Nível de instrução		-0,34***(,01)	-0,25***(0,01)	-0,25***(0,01)	-,25***(0,01)	-0,25***(,01)	-0,25***(0,01)
Situação trabalho		0,52***(,11)	0,49***(0,12)	0,49***(0,12)	,49***(0,12)	0,49***(,12)	0,49***(0,12)
Idade		0,03***(,00)	0,02***(0,00)	0,02***(0,00)	,02***(0,00)	0,02***(,00)	0,02***(0,00)
<i>Preditores individuais</i>							
Universalismo			-0,85***(0,02)	-0,85***(0,02)	-,85***(0,02)	-0,85***(0,02)	-0,85***(0,02)
Conservação			0,57***(0,03)	0,57***(0,03)	,57***(0,03)	0,57***(0,03)	0,57***(0,03)
<i>Características do país</i>							
PIBpp				0,-01(0,01)			
Desemprego de nativos				0,08(0,10)			
Percentagem de estrangeiros					0,06(0,09)		
Proporção de não-europeus						-0,87(1,04)	
Voto na extrema-direita							0,00(0,03)
<i>Componentes da variância</i>							
Individual	8,60	7,76	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25
(% var. explic. em relação ao Modelo Nulo)		(10)	(16)	(16)	(16)	(16)	(16)
País	0,63	0,55	0,48	0,51	0,50	0,49	0,52
(% var. explic. em relação ao Modelo Nulo)							

Nota: Correlação intraclasse = 0,07; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,000$.

um inibidor do preconceito racial, ao passo que a defesa dos valores da conservação provou ter o efeito contrário. Uma vez que a variável sexo deixou de ser estatisticamente significativa, foi retirada dos modelos seguintes.

Para analisar o efeito das variáveis contextuais no preconceito racial, acrescentámos inicialmente um bloco com as variáveis económicas: PIBpp e taxa de desemprego dos nativos. Como se pode observar no modelo 3, nenhuma das variáveis revelou poder preditivo. Os dois modelos seguintes incluíram variáveis relacionadas com a imigração. Contudo, nem a percentagem de estrangeiros (modelo 4), nem a proporção de não-europeus (modelo 5) mostrou uma associação significativa com o preconceito racial. Por fim, testámos o impacto da expressão do voto na extrema-direita (modelo 6) e, uma vez mais, os resultados não foram estatisticamente significativos.⁴

Podemos então concluir: a) que o preconceito racial é uma disposição principalmente determinada por factores individuais e que não se encontra

⁴ Devido à ausência de significância estatística das variáveis contextuais inicialmente seleccionadas, decidimos testar modelos alternativos com outras variáveis disponíveis em Martínez-Herrera e Moualhi (2007). Assim, analisámos o poder preditivo das políticas de admissão, das políticas de integração, da velocidade dos fluxos imigratórios e do passado migratório, mas não obtivemos qualquer efeito significativo em nenhum dos modelos testados.

significativamente associada a características macroestruturais, estejam elas relacionadas com factores económicos, com o contexto imigratório ou com factores político-ideológicos; b) que, nos nossos modelos, a adesão aos valores do universalismo e da conservação constituem os melhores preditores do preconceito racial. Podemos olhar quer para o *universalismo* quer para a conservação como dois lados de uma atitude face ao «outro», a primeira reflectindo tolerância e preocupação com a igualdade, a segunda reflectindo a necessidade de preservação do *status quo* social. Neste sentido, os resultados confirmam o papel motivacional e normativo dos valores na predisposição para construir representações preconceituosas sobre o «outro», no presente caso representações com base na ideia de raça.

Oposição a políticas anti-racistas: preditores individuais e contextuais

Para procedermos ao estudo do poder explicativo das variáveis individuais e contextuais na oposição a políticas anti-racistas seguimos os mesmos passos analíticos utilizados no caso do preconceito racial. Decorrente das nossas hipóteses, adicionámos ao conjunto de preditores individuais a percepção de ameaça realista, a percepção de ameaça simbólica e o preconceito racial.

Os resultados da análise multinível mostram, uma vez mais, que apenas uma proporção muito pequena da variância da oposição às políticas anti-racistas se encontra situada entre países (5%). Significa isto que 95% das diferenças existentes são explicados por factores de ordem individual e não por factores macroestruturais específicos de cada país (quadro 13.5).

Os resultados mostram ainda o efeito positivo da percepção de ameaça simbólica e do preconceito na oposição a políticas anti-racistas e o efeito contrário da adesão aos valores do universalismo. As restantes variáveis individuais também contribuem para a explicação da variável dependente, mas não de forma tão expressiva. Em conjunto, variáveis de controlo e variáveis individuais contribuem para a explicação de 10% da variância na oposição a políticas anti-racistas (quadro 13.5, modelo 2). Refira-se ainda o facto de a ameaça realista ter um impacto menor do que a ameaça simbólica.

A introdução dos preditores contextuais produziu resultados interessantes. Antes de mais, permitiu concluir que a oposição a políticas anti-racistas não está relacionada com a situação económica do país (modelo 3), resultado que vai no mesmo sentido do efeito secundário manifestado pela percepção de ameaça realista a nível individual.

No entanto, e contrariamente ao que havíamos observado no caso do preconceito racial, a percentagem de estrangeiros no país surge como preditor da oposição a políticas anti-racistas (modelo 4; Var. Exp. = 45%). Este resultado vai de encontro ao esperado, o mesmo não acontecendo com a propor-

Quadro 13.5 – Oposição a políticas anti-racistas em 13 países europeus: parâmetros estimados dos modelos multinível; erros-padrão entre parêntesis (N=18178)

	Modelo nulo	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Intercepto	2,91***(0,16)	2,59***(0,21)	2,62***(0,23)	1,60(1,19)	1,94***(0,37)	3,04***(0,33)	2,31***(0,23)
<i>Variáveis de controlo</i>							
Esquerda-direita		0,10***(0,01)	0,02*(0,01)	0,02*(0,01)	0,02*(0,01)	0,02*(0,01)	0,02*(0,01)
Sexo		-0,03(0,04)	-	-	-	-	-
Nível de instrução		-0,26***(0,01)	-0,14***(0,01)	-0,14***(0,01)	-0,14***(0,01)	-0,14***(0,01)	-0,14***(0,01)
Situação trabalho		0,17(0,11)	-	-	-	-	-
Idade		0,01***(0,00)	0,01***(0,00)	0,01***(0,00)	0,01***(0,00)	0,01***(0,00)	0,01***(0,00)
<i>Preditores individuais</i>							
Universalismo			-0,30***(0,02)	-0,30***(0,02)	-0,30***(0,02)	-0,30***(0,02)	-0,30***(0,02)
Conservação			0,09***(0,03)	0,09***(0,03)	0,09***(0,03)	0,09***(0,03)	0,09***(0,03)
Preconceito racial			0,10***(0,01)	0,10***(0,01)	0,10***(0,01)	0,10***(0,01)	0,10***(0,01)
Ameaça realista			0,06***(0,01)	0,06***(0,01)	0,06***(0,01)	0,06***(0,01)	0,06***(0,01)
Ameaça simbólica			0,13***(0,01)	0,13***(0,01)	0,13***(0,01)	0,13***(0,01)	0,13***(0,01)
<i>Características do país</i>							
PIBpp				0,01(0,01)			
Desemprego de nativos				0,010(,10)			
Percentagem de estrangeiros					0,12*(,05)		
Porção de não-europeus						-1,23(0,73)	
Voto na extrema-direita							0,05***(0,02)
<i>Componentes da variância</i>							
Individual	7,12	6,83	6,46	6,46	6,46	6,46	6,46
(% var. explic. em relação ao Modelo Nulo)		(03)	(10)	(10)	(11)	(11)	(11)
País	0,38	0,40	0,28	30	0,21	0,24	0,18
(% var. explic. em relação ao Modelo Nulo)					(45)		(52)

Nota: Correlação intraclass = 0,05; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,000$.

ção de não-europeus na população estrangeira que não apresentou uma relação significativa com a rejeição de tais políticas (modelo 5). Os resultados do modelo 6 confirmam a nossa hipótese sobre o impacto do discurso da extrema-direita na difusão da oposição a políticas anti-racistas.

Em resumo: a) os países são diferentes no que toca à oposição a políticas anti-racistas; b) estas diferenças são maioritariamente explicadas por factores individuais (apenas 5% das diferenças se devem a factores contextuais); c) a nível individual o preconceito racial e a ameaça simbólica são as variáveis que mais contribuem para a explicação da oposição a políticas anti-racistas e, enquanto a adesão aos valores do universalismo surge relacionada com a defesa destas políticas, a adesão aos valores da conservação está associada à sua rejeição; d) do conjunto de variáveis contextuais consideradas, a presença de estrangeiros e a percentagem de voto na extrema-direita revelaram-se preditores da oposição a políticas anti-racistas, resultado que reflecte o impacto do contacto casual (não cooperativo ou distante) entre nativos e imigrantes e da

Quadro 13.6 – Efeitos do preconceito racial e da ameaça geral na oposição a políticas anti-racistas em 13 países europeus (coeficientes beta estandardizados)

	Efeito total do preconceito	Efeito da percepção de ameaça (1)	Efeito directo do preconceito (2)
Áustria	0,24**	0,21**	0,17** (3)
Bélgica	0,22**	0,20**	0,13**
Dinamarca	0,13**	0,10*	0,10
Finlândia	0,24**	0,20**	0,16**
França	0,24**	0,28**	0,10**
Alemanha	0,23**	0,16**	0,15**
Grécia	0,17**	0,10**	0,13**
Irlanda	0,23**	0,17**	0,16**
Holanda	0,24**	0,20**	0,15**
Portugal	0,27**	0,23**	0,19**
Espanha	0,21**	0,21**	0,13**
Suécia	0,22**	0,15**	0,16**
Reino Unido	0,29**	0,13**	0,24**

(1) Percepção de ameaça geral = ameaça simbólica e ameaça realista controlando o efeito do preconceito racial.

(2) Efeito do preconceito racial controlando o efeito da ameaça geral.

(3) Significância do teste de Sobel.

* $p < 0,01$; ** $p < 0,000$.

ideologia de extrema-direita na oposição a políticas que promovem atitudes e comportamentos antidiscriminatórios.

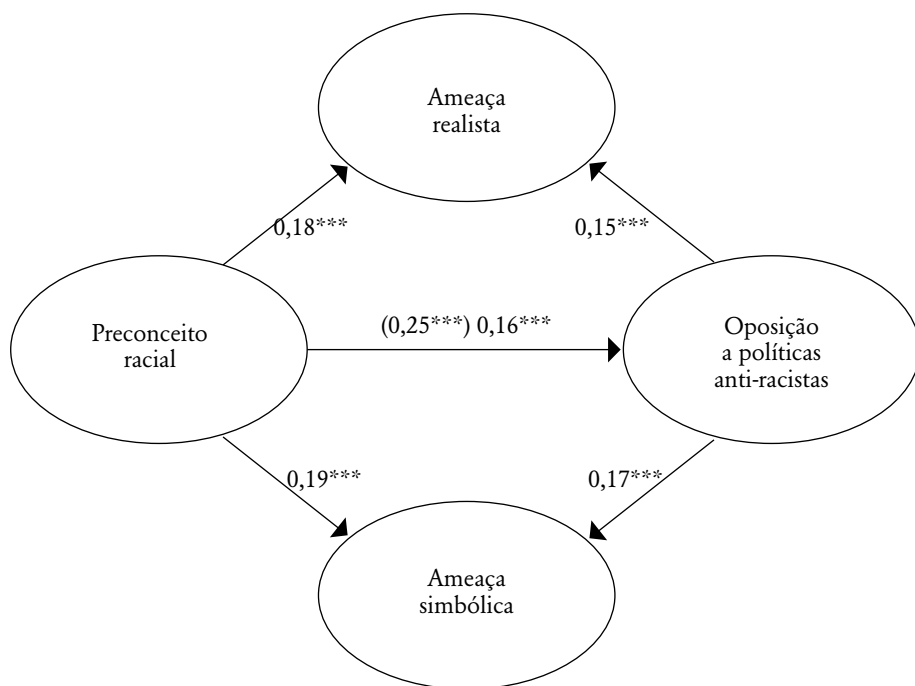
O papel mediador da percepção de ameaça

Os resultados da análise multinível permitiram-nos concluir que o preconceito racial é uma posição essencialmente fundamentada em factores de ordem individual. Esta conclusão conduziu-nos ao nosso terceiro passo analítico de acordo com o qual a relação entre preconceito racial e discriminação é mediada pela percepção de ameaça. À semelhança das análises anteriores consideraremos a oposição a políticas anti-racistas como uma forma de discriminação.

Para testar esta última hipótese seguimos três etapas (Baron e Kenny 1986). Descreveremos primeiro os resultados para cada um dos 13 países, que se apresentam no quadro 6. No primeiro passo, estimámos o efeito do preconceito na oposição a políticas anti-racistas, não incluindo no modelo a percepção de ameaça. Como já foi referido, existe uma relação forte entre o preconceito racial e a oposição a políticas anti-racistas em todos os países: quanto maior o preconceito, maior a oposição àquelas políticas.

No segundo passo, estimámos o efeito do preconceito racial na percepção geral de ameaça (realista e simbólica). Observámos que o preconceito racial

Figura 13.1 – Percepção de ameaça como mediador da relação entre preconceito racial e oposição a políticas anti-racistas (coeficientes beta estandardizados)



* $p < 0,5$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,000$

prediz significativamente a percepção de ameaça em todos os países: quanto maior o preconceito, maior a percepção de ameaça. No terceiro passo, testámos um modelo que incluía a percepção geral de ameaça e o preconceito racial. Neste modelo, o preconceito mantém uma associação significativa com a oposição a políticas anti-racistas, mas a relação revelou-se mais fraca do que a observada no primeiro passo. Esta diminuição registou-se em todos os países, indicando que a relação entre os dois fenómenos é parcialmente mediada pela percepção geral de ameaça (cf. significância estatística dos testes de Sobel no quadro 13.6).

O mesmo procedimento foi seguido para o teste do modelo no conjunto dos 13 países (figura 13.1). Observou-se uma relação positiva e significativa entre preconceito racial e oposição a políticas anti-racistas; as relações entre preconceito e ameaça simbólica e ameaça realista revelaram-se igualmente significativas; e, mais importante, quando as duas ameaças foram introduzidas como preditores da oposição a políticas anti-racistas, o efeito do preconceito diminuiu, permanecendo, contudo, significativo. Este resultado mostra como

a relação entre preconceito racial e oposição a políticas anti-racistas é mediada quer pela percepção de ameaça simbólica (Sobel test: $z=16,82$, $p<0,000$), quer pela percepção de ameaça realista (Sobel test: $z=5,18$, $p<0,000$). Refira-se, contudo, que a percepção de ameaça simbólica tem um efeito mais forte do que a percepção de ameaça realista. Estes resultados replicam os encontrados por Pereira (2007): os estudos desenvolvidos pelo autor permitiram-lhe concluir que diferentes tipos de percepção de ameaça predizem diferentes predisposições para discriminar. Assim, enquanto a oposição à imigração era justificada pela percepção de ameaça realista (dada a associação no senso comum entre imigração e competição por recursos escassos e questões de segurança), a oposição à naturalização era justificada pela ameaça simbólica (uma vez que a naturalização pode ser entendida como pondo, de alguma forma, em risco a identidade cultural do endogrupo). Na mesma linha de pensamento, o apoio a políticas anti-racistas pode ser visto como uma tentativa de nivelar o estatuto social de brancos e negros, um processo que, também ele, pode ser associado ao risco de perda de identidade cultural da maioria.

Conclusões

O objectivo deste capítulo era alargar a análise do preconceito racial e da oposição a políticas anti-racistas, combinando algumas das importantes teorias de nível individual (valores sociais, percepção de ameaça) com teorias de nível grupal (situação económica do país, contextos de imigração e voto na extrema-direita), recorrendo à análise multinível.

O nível contextual (análise multinível) foi estudado através do PIBpp e da taxa de desemprego, da percentagem de estrangeiros e proporção de não-europeus (enquanto indicador de contacto casual e de ameaça grupal) e da percentagem de voto em partidos da extrema-direita. A nível individual, os indicadores foram os valores do universalismo e da conservação, a ameaça realista e a ameaça simbólica e o preconceito racial. Sexo, idade, situação face ao trabalho, nível de instrução e posicionamento na escala esquerda-direita foram considerados no modelo como variáveis de controlo.

Na linha dos resultados apresentados por Gisjsbert, Scheepers e Coenders (2004) e Scheepers, Gijberts e Coenders (2002) esperávamos encontrar uma associação positiva entre o número de estrangeiros e o preconceito racial, um resultado que seria suportado quer pela teoria da ameaça grupal (Blumer 1958; Blalock 1956, 1967; Bobo e Klugel 1993; Quillian 1995), quer pela hipótese sobre os efeitos do contacto casual (Pettigrew 1998). Com base no pressuposto teórico de que a situação económica do grupo, ou do país, tem um papel importante nas atitudes face aos estrangeiros, e seguindo os resultados reportados por Quillian (1995) e Semyonov, Raijman e Gorodzeisky (2006), esperávamos

encontrar uma associação negativa entre PIBpp e preconceito racial. Ainda com base nas teorias da ameaça grupal, colocámos a hipótese de que a taxa de desemprego dos nativos apresentaria uma correlação positiva com o preconceito racial. Contudo, e contrariamente às nossas hipóteses, os resultados não apoiaram empiricamente as teorias referidas: nem a situação económica (PIBpp ou taxa de desemprego) nem a dimensão da população estrangeira ou dos não-europeus se correlacionaram significativamente com o preconceito racial.

A influência dos partidos de extrema-direita no sentimento anti-estrangeiros na Europa foi já avaliada em diversos estudos (*e. g.* Golder 2003; Lubbers, Gijsberts, e Scheepers 2002; Wilkes, Guppye, e Farris 2007). No seguimento desta linha de pesquisa, testámos o impacto contextual da percentagem de voto nos partidos de extrema-direita no preconceito racial. Todavia, não identificámos uma associação significativa entre os dois fenómenos.

Em suma, os resultados sugerem que o preconceito racial é predominantemente determinado por factores individuais, sendo a adesão aos valores do universalismo e da conservação os melhores preditores nos modelos testados, mesmo controlando o efeito do nível de escolaridade, da idade, da situação perante o trabalho, do sexo e da orientação ideológica.

O poder explicativo da identificação com os valores do universalismo e da conservação havia já sido mostrado por outros autores em estudo relacionados com o que aqui se apresentou. Vala, Pereira e Ramos (2006) testaram o efeito do conflito entre os valores do universalismo e do poder na percepção de ameaça, e identificaram uma relação negativa entre a adesão ao universalismo e a percepção de ameaça; Doise, Spini e Clémence (1999) encontraram uma associação positiva entre o universalismo e a defesa dos direitos humanos; estudos levados a cabo por Katz e Hass (1988) e por Biernat e colegas (1996) permitiram concluir que as atitudes racistas estão negativamente relacionadas com a adesão aos valores do universalismo. Por seu lado, os valores do conservadorismo (próximos, como já referimos, dos valores da conservação no modelo de Schwartz) mostraram-se significativamente associados ao preconceito racial (*e. g.*, Adorno *et al.* 1950; Altemeyer 1998; Jost e Banaji 1994, Meertens e Pettigrew 1997).

Contudo, tendo presente o objectivo central deste trabalho, o estudo dos correlatos do preconceito racial constituiu apenas um primeiro passo no percurso analítico para a compreensão dos factores explicativos da oposição a políticas anti-racistas.

A nível individual, o enquadramento teórico da análise foi feito no quadro das teorias sobre os conflitos realistas (Bobo 1988; LeVine e Campbell 1972; Sherif 1966), bem como no contexto de pesquisas que mostraram a importância da ameaça simbólica nas orientações face aos imigrantes (*e. g.*, Falomir-Pichastor *et al.* 2004; Coenders, Gijsberts, e Scheepers 2004). Assim, seleccionámos como preditores da oposição a políticas anti-racistas a percepção de

ameaça realista e a percepção de ameaça simbólica, o preconceito racial, os valores do universalismo e da conservação e as já mencionadas variáveis de controlo. No seguimento de pesquisas anteriores, colocámos a hipótese de que a percepção de ameaça realista e simbólica, bem como a adesão aos valores da conservação e o preconceito racial apresentariam correlações positivas com a oposição a políticas anti-racistas, enquanto a adesão aos valores do universalismo promoveria a defesa daquelas políticas.

Uma vez mais, os resultados apontam para um maior peso de variáveis de natureza individual na estruturação da oposição a políticas anti-racistas. A defesa dos valores universalistas revelou-se o melhor preditor da promoção daquelas políticas, sendo os seus opositores os mais preconceituosos e os que revelam sentimentos mais fortes de ameaça simbólica.

A nível contextual, e ao invés do que tínhamos admitido como hipótese, os resultados sugerem que o PIBpp e a taxa de desemprego poderão não ser os melhores indicadores da situação económica do país para explicar a oposição a políticas anti-racistas. Porém, a perspectiva teórica segundo a qual a uma maior probabilidade de contactos casuais pode corresponder um incremento na xenofobia (*e. g.*, Pettigrew 1986) encontra no nosso estudo suporte empírico. De facto, verificámos que, quanto maior o número de estrangeiros, maior a oposição a políticas anti-racistas. A terceira hipótese, derivada dos estudos de Golder (2003), Lubbers, Gijsberts e Scheepers (2002) e de Wilkes, Guppye e Farris (2007), propunha que a exposição ao discurso da extrema-direita teria uma influência importante nas atitudes relativas às políticas anti-racistas, hipótese que vimos confirmada.

Em resumo, os nossos resultados indiciam que a oposição a políticas anti-racistas é uma disposição comportamental maioritariamente ancorada em factores individuais, embora os factores socioestruturais joguem um papel a não menosprezar na sua génese. Na verdade, o número de estrangeiros no país, e a percentagem do voto nos partidos de extrema-direita surgiram positivamente associados à oposição a políticas anti-racistas.

A última hipótese testada baseava-se no Modelo da Discriminação Justificada desenvolvido por Pereira e colaboradores (Pereira 2007; Pereira, Vala, e Ramos 2005) e previa que a relação entre preconceito racial e oposição a políticas anti-racistas seria mediada pela percepção de ameaça simbólica e realista. Os resultados obtidos fornecem suporte empírico ao referido modelo reforçando o postulado teórico segundo o qual, em contextos normativos anti-discriminatórios, as pessoas necessitam de recorrer a justificações para discriminar e para se oporem a políticas antidiscriminatórias.

Este estudo pode apresentar algumas limitações que devem ser tomadas em atenção na discussão dos resultados.

Antes de mais, o reduzido número de países analisados (N=13). Este simples facto tem implicações substantivas e estatístico-metodológicas. Do ponto subs-

tantivo, e mesmo considerando que os 13 países apresentam especificidades e que entre eles há diferenças não negligenciáveis, nomeadamente a nível do desenvolvimento socioeconómico, no que toca a experiências migratórias ou em termos de passados históricos, a verdade, porém, é que estamos perante países pertencentes a um mesmo espaço geográfico e cultural (países da Europa Ocidental), facto que pode explicar a razão pela qual as diferenças encontradas ocorrem muito mais dentro dos países (*i. e.*, a nível individual) do que entre os países (*i. e.*, a nível contextual).

Do ponto de vista estatístico, o número reduzido de países tem fortes implicações no total de variáveis contextuais a incluir nos modelos multinível. De acordo com Bryk e Raudenbush (2002), a inclusão simultânea de múltiplas variáveis contextuais pode ser problemática, sendo por isso aconselhável a aplicação aos modelos multinível da regra geral da regressão linear segundo a qual para cada variável independente são necessárias, pelo menos, 10 observações. Por esta razão, estimámos os modelos separadamente: o primeiro contendo o PIBpp e a taxa de desemprego; o segundo a percentagem de estrangeiros no país; o terceiro a proporção de não-europeus; e, por fim, o modelo com a medida de percentagem de voto na extrema-direita.

Um segundo aspecto, que pode ser apontado como uma limitação ao nosso trabalho, deriva do facto de não termos testado efeitos de interacção nem entre variáveis contextuais, nem entre variáveis individuais e contextuais. Na verdade, não dispomos de teorias que justifiquem a consideração dessas interacções. As teorias existentes centram-se principalmente numa das dimensões dos determinantes do comportamento social: o nível individual ou o nível contextual/estrutural.

Neste capítulo pretendemos contribuir para a redução do distanciamento entre os dois tipos de factores testando a sua contribuição específica para a compreensão dos fenómenos em estudo. Um passo importante permanece, contudo, por dar: a construção de teorias que nos permitam alcançar aquilo que os métodos estatísticos já permitem, ou seja, a articulação de níveis de análise. Uma vez mais, o nosso percurso analítico não está limitado pelo método; são as teorias que constituem os nossos limites.

Referências bibliográficas

- Adorno, T. W., E. Frenkel-Brunswik, D. J. Levinson, e R. N. Sanford. 1950. *The authoritarian personality*. Nova Iorque: Harper.
- Aguiar, P., J. Vala, I. Correia, C. Pereira. 2008. Justice in our world and in that of others: Belief in a just world and reactions to victims. *Social Justice Research* 21: 50-68.
- Allport, G. W. 1954. *The nature of prejudice*. Wokingham: Addison-Wesley.

- Altemeyer, B. 1996. *The authoritarian spectre*. Cambridge, M.A.: Harvard Univ. Press.
- Altemeyer, B. 1998. The other 'authoritarian personality' *Advances in Experimental Social Psychology* 30: 47-92.
- Ashmore, R. D. e F. K. Delboca. 1976. Psychological approaches to understanding intergroup conflicts. In *Towards the elimination of racism*, ed. P. A. Katz, 73-123. Nova Iorque: Pergamon.
- Baron, R. M., e D. A. Kenny. 1986. The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology* 51 (6): 1173-1182.
- Biernat, M., T. Vescio, S. Theno, e C. S. Crandall. 1996. Values and prejudice: Toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes. In *The psychology of values*, orgs. C. Seligman, J. M. Olson e M. P. Zanna. Vol. 8, *The Ontario Symposium*, 153-89. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Blalock, H. M. 1956. Economic discrimination and negro increase. *American Sociological Review* 37: 447-559.
- Blalock, H. M. 1967. *Toward a theory of minority-group relations*. Nova Iorque: Wiley.
- Blumer, H. 1958. Race prejudice as a sense of group position. *Pacific Sociological Review* 1: 3-7.
- Bobo, L. 1998. Race, interests, and beliefs about affirmative action. *American Behavioral Scientist* 41 (7): 985-1003.
- Bobo, L., e J. R. Klugel. 1993. Status, ideology and dimensions of whites' racial beliefs and attitudes: Progress and stagnation. In *Racial Attitudes in the 1990s: continuity and change*, orgs. S. A. Tuch e J. K. Martin, 93-120. Westport, CT: Praeger.
- Bryk, A. S., e S. W. Raudenbush. 2002. *Hierarchical linear models*. Newbury Park, CA: Sage.
- Brown, R. 1995. *Prejudice: It's social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Coenders, M., M. Gijsberts, e P. Scheepers. 2004. Majority population's attitudes towards migrants and minorities. Relatório do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia. Viena: OERX.
- Crandall, C. S., e A. Eshleman. 2003. A justification-suppression model of the expression and experience of prejudice. *Psychological Bulletin* 129 (3): 414-46.
- Davidov, E., e P. Schmidt. (No prelo). Do values matter in the explanation of attitudes toward immigration? Israel and Germany in a comparative perspective. In *Immigration, public opinion and governmental policies*, orgs. M. Torcal e E. Martinez-Herrera. S. e.
- Doise, W., D. Spini, e A. Clémence. 1999. Human rights studied as social representations in a cross-national context. *European Journal of Social Psychology* 29 (1): 1-29.
- Dollard, J., L. Doob, N. Miller, O. Mowrer, e R. Sears. 1939. *Frustration and aggression*. New Haven: Yale University Press.
- Duckitt, J. 2001. A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. In *Advances in experimental social psychology*, org. M. P. Zanna. Vol. 33, 41-113. Nova Iorque: Academic Press.
- Esses, V. G. Haddock, e M. P. Zanna. 1993. Values, stereotypes and emotions as determinants of intergroup attitudes. In *Affect, cognition and stereotyping: interactive processes of group perceptions*, orgs. D. M. Mackie e D. L. Hamilton, 137-166. San Diego, CA: Academic Press.
- Esses, V., L. Jackson, e T. Armstrong. 1998. Intergroup competition and attitudes toward immigrants and immigration: An instrumental model of group conflict. *Journal of Social Issues* 54 (4): 699-724.
- Esses, V., J. Dovidio, L. Jackson, e T. Armstrong. 2001. The immigration dilemma: The role of perceived group competition, ethnic prejudice, and national identity. *Journal of Social Issues* 57 (3): 389-412.
- Falomir-Pichastor, J., D. Muñoz-Rojas, F. Invernizzi, e G. Mugny. 2004. Perceived in-group threat as a factor moderating the influence of in-group norms on discrimination against foreigners. *European Journal of Social Psychology* 34: 135-153.

- Feather, N. 1984. Protestant ethic, conservatism and values. *Journal of Personality and Social Psychology* 46: 1132-1141.
- Fetzer, J. S. 2000. *Public attitudes towards immigration in the United States, France and Germany*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Gijsberts, M., P. Scheepers, e M. Coenders. 2004. Exclusion of legal migrants in Western Europe. In *Nationalism and exclusion of migrants: cross-national comparisons*, M. Gijsberts, L. Hagendoorn e P. Scheepers, 121-142. Aldershot: Ashgate.
- Golder, M. 2003. Explaining variation in the electoral success of extreme right parties in Western Europe. *Comparative Political Studies* 36: 432-466.
- Hox, J. 2002. *Multilevel analysis-techniques and applications*. Londres: LEA.
- Jones, J. M. 1972. *Prejudice and racism*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Jost, J. T., e M. R. Banaji. 1994. The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology* 33 (1): 1-27.
- Katz, I., e R. G. Hass. 1988. Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology* 55 (6): 893-905.
- Kinder, D. R., e D. O. Sears. 1981. Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology* 40: 414-431.
- Levine, R. A., e D. T. Campbell. 1972. *Ethnocentrism: Theories of conflict, ethnic attitudes, and group behaviour*. Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Lubbers, M., M. Gijsberts, e P. Scheepers. 2002. Extreme right-wing voting in Western Europe. *European Journal of Political Research* 41: 345-378.
- Martínez-Herrera, E., e D. Moualhi. 2007. Macro data on immigration policies. Working Paper. Barcelona: Univ. Pompeu Fabra.
- Meertens, R. W., e T. F. Pettigrew. 1997. Is subtle prejudice really prejudice? *Public Opinion Quarterly* 61: 54-71.
- Pereira, C. 2007. Preconceito, normas sociais e justificações da discriminação: O modelo da discriminação justificada. Tese de doutoramento em Psicologia Social, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Pereira, C., J. Vala, e A. Ramos. 2005. Racism, threat perception and opposition to immigration in Europe. Comunicação apresentada no 14.º Encontro Geral da Associação Europeia de Psicologia Social Experimental, Würzburg.
- Pettigrew, T. F. 1986. The contact hypothesis revisited. In *Contact and conflict in intergroup encounters*, eds. M. Hewstone, e R. Brown, 169-195. Oxford: Blackwell.
- Pettigrew, T. F. 1998. Intergroup contact theory. *Annual Review of Psychology* 49: 65-85.
- Pettigrew, T. F., e R. W. Meertens. 1995. Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology* 25: 57-75.
- Quillian, L. 1995. Prejudice as a response to perceived group threat: Population composition and anti-immigrant and racial prejudice in Europe. *American Sociological Review* 60 (Agosto): 586-611.
- Quillian, L. 1996. Group threat and regional change in attitudes toward African-Americans. *The American Journal of Sociology* 102 (3): 816-860.
- Quillian, L. 2006. New approaches to understand racial prejudice and discrimination. *Annual Review of Sociology* 32: 299-328.
- Ramos, A. 2006. Social values dynamics and socio-economic development. *Portuguese Journal of Social Science* 5 (1): 5-33.
- Ramos, A., e J. Vala. 2006. Predicting opposition to immigration in Europe: A comparison of three models. Comunicação apresentada no Simpósio «The role of values in Group Identity, Tolerance and Immigration», por ocasião do 18.º Congresso Internacional da International Association for Cross Cultural Psychology. Atenas.

- Raudenbush, S. W., e A. S. Bryk. 2002. Hierarchical linear models, applications and data analysis methods. Thousand Oaks: Sage.
- Raudenbush, S. W., A. S. Bryk, e R. Congdon. 2007. Hierarchical linear and non-linear models software, versão 6.04.
- Sagiv, L., e S. H. Schwartz. 1995. Value priorities and readiness for out-group social contact. *Journal of Personality and Social Psychology* 69 (3): 437-448.
- Sagiv, L., e S. H. Schwartz. 2000. Value priorities and subjective well-being: Direct relations and congruity effects. *European Journal of Social Psychology* 30: 177-198.
- Scheepers, P., M. Gijberts e M. Coenders. 2002. Ethnic exclusionism in european countries: public opposition to civil rights for legal migrants as a response to perceived threat. *European Sociological Review* 18: 17-34.
- Schwartz, S. H. 1992. Universals in the content and structure of values: Theoretical advanced and empirical tests in 20 countries. In *Advances in experimental social psychology*, org. M. Zanna. Vol. 25, 1-65. Orlando: Academic Press.
- Schwartz, S. H. 2006. Value orientations: measurement, antecedents and consequences across nations. In *Measuring attitudes cross-nationally - lessons from the European Social Survey*, orgs. R. Jowell, C. Roberts, R. Fitzgerald e G. Eva. Londres: Sage.
- Sears, D. O., e P. J. Henry. 2003. The origins of symbolic racism. *Journal of Personality and Social Psychology* 85 (2): 259-275.
- Semyonov, M., R. Rajman, e A. Gorodzeisky. 2006. The rise of anti-foreigner sentiment in European societies, 1988-2000. *American Sociological Review* 71: 426-449.
- Sherif, M. 1936. *The psychology of social norms*. Nova Iorque: Harper Torchbooks.
- Sherif, M., O. J. Harvey, B. J. White, W. R. Hood, e C. W. Sherif. 1961-1988. *The Robbers Cave experiment: intergroup conflict and cooperation*. Middletown, CT: Wesleyan University Press.
- Snijders, T. e R. Bosker. 1999. *Multilevel analysis. An introduction to basic and advanced multilevel modeling*. Londres, Sage.
- Stephan, W. G., e C. W. Stephan. 1996. Predicting prejudice. *International Journal of Intercultural Relations* 20 (3): 409-426.
- Stephan, W. G., O. Ybarra, C. M. Martínez, D. J. Schwartzwal e M. Tur-Kaspa. 1998. Prejudice towards immigrants to Spain and Israel: An integrated threat analysis. *Journal of Cross-Cultural Psychology* 29 (4): 559-576.
- Stephan, W. G., O. Ybarra, e G. Bachman. 1999. Prejudice toward immigrants. *Journal of Applied Social Psychology* 29 (11): 2221-2237.
- Stephan, W. G., R. Diaz-Loving, e A. Duran. 2000. Integrated threat theory and intercultural attitudes: Mexico and the United States. *Journal of Cross-Cultural Psychology* 31 (2): 240-249.
- Strabac, Z., e O. Listhaug. 2008. Anti-Muslim prejudice in Europe: A multilevel analysis of survey data from 30 countries. *Social Science Research* 37 (1): 268-286.
- Torcal, M., e E. Martiinez, org. (No prelo). *Immigration, public opinion and governmental policies*. S. l., s. e.
- Vala, J., R. Brito, e D. Lopes. 1999. *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, J., M. V. Cabral, A. Ramos. org. 2002. *Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, J., M. E. Lima, e D. Lopes. 2004. Social values, prejudice and solidarity in the European Union. In *European values at the end of the millennium*, orgs. W. Arts e L. Halman, 139-163. Leiden: Brill.
- Vala, J., C. Pereira, e R. Costa-Lopes. (No prelo). Is the attribution of cultural differences to minorities an expression of racial prejudice? *International Journal of Psychology*.
- Vala, J., C. Pereira, e A. Ramos. 2006. Racial prejudice, threat perception and opposition to immigration: A comparative analysis. *Portuguese Journal of Social Sciences* 5 (2): 119-140.

- Van De Vijver, F., e Y. H. Poortinga. 2002. Structural equivalence in multilevel research. *Journal of Cross-Cultural Psychology* 33 (2): 141-156.
- Wilkes, R., N. Guppye, e L. Farris. 2007. Right-wing parties and anti-foreigner sentiment in Europe. *American Sociological Review* 72 (Outubro): 831-840.
- Zárate, M. A., B. Garcia, A. Garza, e R. Hitlan. 2004. Cultural threat and perceived realistic group conflict as dual predictors of prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology* 40: 99-105.